

Discurso e Gênero: como se apresenta Dilma Rousseff nas campanhas de 2010 e 2014

JULIANA MACEDO DE LIMA¹ROSANGELA MARIONE SCHULZ²

¹Universidade Federal de Pelotas -UFPEL – julianamacedo.lima@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – UFPEL – rosangelaschulz@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa propomos o estudo do direcionamento de Dilma Rousseff em seus discursos como candidata a Presidência da República para as mulheres, para tal análise dividiremos em dois momentos: a) discursos da candidata Dilma Rousseff nas propagandas eleitorais do ano de 2010, levando em consideração o fato de ser a primeira candidata mulher ao cargo; b) discursos enquanto candidata à reeleição nas propagandas eleitorais de 2014.

O problema de pesquisa é qual a forma com que Dilma Rousseff discursa para o eleitorado feminino enquanto candidata nas campanhas de 2010 e 2014. O principal objetivo deste projeto de pesquisa se trata em comparar os discursos da candidata Dilma Rousseff apresentados nas eleições presidenciais de 2010 e 2014.

A hipótese central deste projeto de pesquisa é de que Dilma Rousseff se dirige ao eleitorado feminino de forma distinta nas duas eleições, num primeiro momento consistindo no apagamento do 'sujeito mulher', e num segundo com os avanços das políticas públicas somados à luta dos movimentos sociais e dos movimentos feministas reforçando a importância do personagem feminino.

2. METODOLOGIA

A pesquisa a ser realizada pode ser classificada como descritiva, devido ao fato de que será feita a análise dos discursos da candidata Dilma Rousseff de 2010 e 2014.

Quanto à metodologia para o desenvolvimento desta pesquisa faz-se a escolha do método qualitativo. Esta opção escolhida permite a análise dos discursos da candidata Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010 e 2014 através dos HGPE, juntamente com uma revisão teórica acerca dos conceitos utilizados e fundamentais para compreensão do trabalho.

Do procedimento, a observação será direta, porque teremos contato integral com todo o conteúdo transmitido durante as eleições, podendo ser identificados os pontos de interesse e a forma abordada. A análise de discurso será realizada através dos HGPE transmitidos via televisão e rádio durante os períodos de agosto a outubro de 2010 e 2014, com este material será possível à elaboração da análise.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos estereótipos de gênero e o reforço deste na mídia, segundo MIGUEL; BIROLI (2009), agem de forma a constranger as ações das mulheres no campo da política devido às assimetrias e especializações apresentadas. Os autores apresentam que em casos de candidatas eleitas, os assuntos do campo da política vinculados a elas são secundários e dão menor visibilidade, enquanto que os homens eleitos estão sempre presentes nos assuntos principais da política e, portanto, mais presentes na mídia, o que contribui de sobremaneira à promoção de sua carreira política.

Segundo a pesquisa desenvolvida por estes autores, além da reduzida presença das mulheres nos noticiários, soma-se a questão da presença das mulheres vinculadas a determinadas áreas de atuação, como família e meio ambiente, por exemplo, temas que geralmente possuem menor prestígio político e, portanto, enfraquecem o alavancamento de suas carreiras políticas e reforçam características que as abatem sua capacidade política, como bem destaca os autores, a atuação das mulheres nestas áreas é restritiva já que são as “oportunidades” que possuem de atuação, já que praticamente nas áreas de maior destaque e impacto político não existem oportunidades de participação.

4. CONCLUSÕES

Para concluirmos, toda essa problemática entorno da sub-representação feminina no campo político aumenta o debate sobre a importância do equilíbrio da participação feminina na democracia, uma vez que, segundo ALMEIDA; LÜCHMANN; RIBEIRO (2012) a participação feminina impacta diretamente na formação de “agendas temáticas decisórias”, onde através de análises de pesquisas realizadas nos Estados Unidos, no Brasil e em outros países latino-americanos apontam que a participação das mulheres nos processos decisórios, em comparação com a participação masculina, tendem a dar maior atenção a

grupos mais socialmente vulneráveis, como idosos, crianças, deficientes e as próprias mulheres, os autores alegam que a sub-representação feminina alicerça as injustiças de duas maneiras, primeiro a desproporcionalidade entre a população feminina e o grupo político feminino, nos dando um claro exemplo de que nem toda minoria política significa uma minoria social.

A segunda é a tomadas de decisões sobre determinados grupos em detrimentos de outros, visto que sua participação é geralmente em temas secundários do sistema político,

Esse fenômeno evidencia as interdependências entre a *representação descritiva*, geralmente associada a perguntas sobre “quem representa?”, e a *representação substantiva*, que nos leva a perguntas sobre “o quê representa”, tornando particularmente importante o diagnóstico das barreiras que as mulheres enfrentam para entrar no sistema político, como o próprio diagnóstico do perfil daquelas que obtém sucesso em tal empreitada. (p. 238).

É importante destacar que ALMEIDA; LÜCHMANN; RIBEIRO (2012) apontam uma relação das candidatas eleitas no legislativo brasileiro com o associativismo semelhante apontada por ARAÚJO (2010), os primeiros autores apontam que as mulheres não possuem ou é de baixo grau o vínculo com associações referentes aos grupos que defendem nos processos decisórios (idosos, crianças, deficientes), principalmente ao movimento de mulheres. A segunda autora apresenta que no padrão brasileiro, esse tipo de atuação é bem pequeno, especialmente comparado com a atuação feminina na Argentina, sobretudo em movimentos de mulheres. Demonstrando por fim, que o perfil parlamentar brasileiro não mantém ligação direta à suas bases associativas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carla; LÜCHMANN, Lígia; RIBEIRO, Ednaldo. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº8. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. 237-263.

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 23-59.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, nº 34, janeiro-junho de 2010, p. 269-299.

BONH, Simone R. Mulher para presidente do Brasil? Gênero e política na perspectiva do eleitor brasileiro. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.352-379.

FINAMORE, Claudia Maria; CARVALHO, João Eduardo Coin de Carvalho. Mulheres Candidatas: relações entre gêneros, mídia e discurso. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(2): 347-362 maio-agosto/2006.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Neves. 7º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

MENDONÇA, Daniel de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 1. Brasília, janeiro-junho de 2009, pp. 153-169.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; OGANDO, Ana Carolina. Discursos sobre o feminismo: um mapeamento dos programas eleitorais de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol.28, nº83, São Paulo, outubro 2013, pp. 195 – 216.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 15, nº 1, Junho, 2009, p.55-81.

MOREIRA, Lourdes Carmo. As mulheres nos espaços de decisão política. Niterói: 2009. Disponível em <<http://www.observatoriodogenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/publicacoes>> Acesso em mai. 2014.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 25, p. 11-23, nov. 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise de discurso política. **Revista Barbarói**, nº 24, Rio Grande do Sul, ano 2006/1, pp. 78 – 109.